

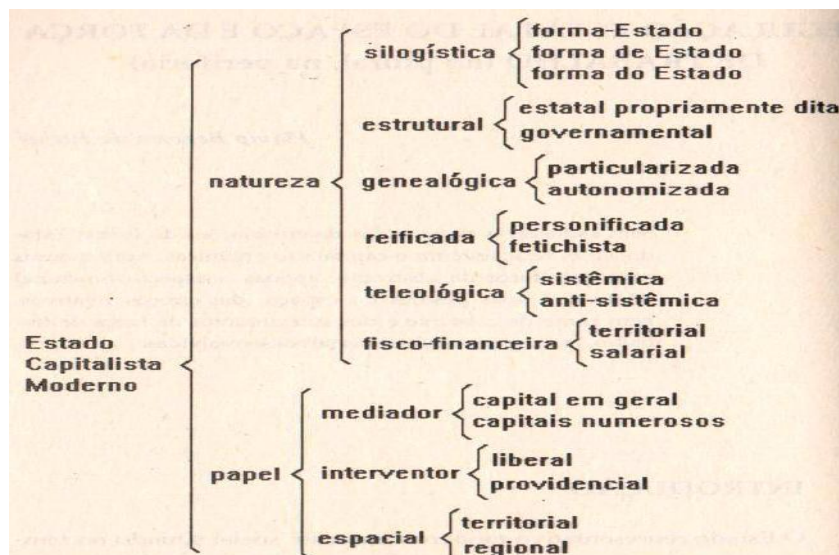
REGULAÇÃO ESTATAL DO ESPAÇO E DA FORÇA DE TRABALHO (no plural, na periferia)

Flávio Bezerra de Farias¹

Sem esquecer a riqueza das determinações da forma Estado, cujas relações com o capital são orgânicas, examinamos aqui, por força da abstração, apenas o aspecto funcional relativo às suas gestões do espaço, dos preços relativos, bem como do conjunto e dos subconjuntos da força de trabalho/ em regiões capitalistas subdesenvolvidas.

INTRODUÇÃO

O Estado representativo moderno é um ser social situado no tempo e no espaço, rico em determinações. Trata-se de uma totalidade concreta, complexa e contraditória. Para se analisar a sua natureza e o seu papel no contexto do capitalismo, recusamos o funcionalismo que reduz o ser social estatal à sua ação sobre a base econômica, pois não se deve ignorar em nenhum caso que os seus elementos só adquirem plena verdade e realidade na sua organicidade. Nesta recíproca inter-relação supõe-se, é lógico, a primazia ontológica da sua natureza (ou forma) sobre o seu papel (ou função). O esquema seguinte resume os elementos do fenômeno estatal capitalista como um todo:



¹ Professor do Mestrado em Políticas Públicas e do Departamento de Economia da UFMA. Doutor em Economia (Universidade de Paris-Nord). Bolsista do CNPq em 1995 para realizar pesquisa pós-doutorado na Universidade de Paris X.

Cada uma das suas diversas determinações revela um aspecto importante do fenômeno estatal, cujo desconhecimento leva a polêmicas estéreis ou a falsos debates- Porém, quem comete o equívoco tanto de estender o seu conceito para além de suas reais dimensões (absorvendo inteiramente a vida social e suas instituições numa abstração excessivamente ampla), quanto de chamar de Estado qualquer traço de organização social, corre o risco de não perceber a especificidade da forma Estado (1). Por outro lado, tem um ponto de vista diferente do nosso quem pretender estudar o Estado enquanto forma instrumental, que pode ser usada para conseguir, dentre os mais variados objetivos, promover a paz (interna e externa) - destacando a especificidade de sua dimensão jurídica, enquanto encarnação da norma, da ordem, etc. (2), Rejeita-se a ideologia formalista que pretende apreender todos os papéis instrumentais do Estado, como se pudesse o jurídico ser a expressão verdadeira, justa e plena dos fatos da existência desta forma (3). Como mostrou Bobbio, o instrumentalismo e o formalismo apoiam-se reciprocamente ao definir um Estado cuja existência teria por condição necessária e suficiente a formação, sobre um determinado território, de um poder capaz de tomar decisões e de legislar oportunamente, isto é, estabelecendo normas efetivamente executadas pela grande maioria dos destinatários (cuja obediência se solicita, independentemente do caráter das decisões), capazes de articular todos aqueles que habitam neste território (4). O conceito de Estado de direito é frequentemente utilizado pelas abordagens formalistas do Direito Constitucional para esconder o vínculo da forma Estado com a forma capital. Afirmam que, por um lado, tudo se regula através do Direito, por outro, o próprio Direito é o fundamento do Estado, caindo deste modo na contradição de dizer que o Estado tem o monopólio da produção do direito, e este, simultaneamente, gera e cria o Estado (5).

Convém não se esquecer da riqueza das determinações estatais organicamente vinculadas ao capital. Porém, por força da abstração, examinar-se-á aqui apenas o aspecto funcional relativo às suas gestões do espaço, dos preços relativos (no contexto da resolução da contradição secundária entre capitais numerosos), assim como do conjunto e dos subconjuntos da força de trabalho (no contexto da resolução da contradição principal entre capitalistas e assalariados), em regiões capitalistas subdesenvolvidas, onde as diversas formas de repartição (de rendas, de terras, de homens, etc.) apresentam, nas intervenções estatais periféricas (tanto "liberais" como "autoritárias" de "ajustamento estrutural"), características as mais desastrosas e terrificantes. As contradições do capitalismo não se referem apenas à repartição dos produtos do trabalho e às suas implicações nas relações entre os produtores, mas interferem indissociável e amplamente na repartição territorial e geográfica dos instrumentos e dos equipamentos de produção e de transporte e, portanto, dos próprios homens (6).

A partir de 1945, começam a aparecer teorias estruturalistas sobre o desenvolvimento desigual, recusando, com razão, a hipótese de um espaço uniforme. A mais conhecida de todas é a teoria dualista da dependência. Antes desta, teve sucesso o modelo dualista Clark-Rostow-Vemon, uma outra ortodoxia em matéria de desenvolvimento espacial das atividades econômicas- Conforme este modelo, cada país (ou região) deveria passar pelas eras pré-industrial (primária), industrial (secundária), pós-industrial (terciária ou mesmo quaternária) (Clark,1951). Porém, como todos os países (ou regiões) não poderiam "decolar" ao mesmo tempo, existiam diferentes situações e etapas de desenvolvimento (Rostow, 1963); por outro lado, como os novos produtos inventados em centros desenvolvidos se banalizavam e sua

produção passava a se localizar também na periferia, ocorria um movimento transversal chamado de "ciclo do produto" (Vemon, 1966) (7).

No sentido de superar o dualismo desses modelos, bem como de exprimir as implicações espaciais das experiências fordistas, surgiu um modelo considerando a nova divisão (regional ou internacional) do trabalho correspondente a três funções sincrônicas das atividades (no quadro de um mesmo ramo produtivo ou país), a saber: concepção, fabricação qualificada e execução (8).

Entretanto, a aplicação do chamado circuito de ramo na análise da divisão tanto regional quanto internacional do trabalho pode ser questionada, sobretudo quando ignora o papel espacial do Estado na articulação dos sistemas produtivos. Com efeito, cumpre considerar-se a especificidade da penetração das relações capitalistas no território e da mediação estatal de contradições inerentes ao desenvolvimento do capital, como também a modalidade da intervenção do Estado a nível regional, os tipos de lutas e de armistícios político-sociais, de compromissos institucionalizados locais, etc. Questionando os paradigmas da dependência e do circuito de ramo, surgiram críticas baseadas no desenvolvimento endógeno das seções produtivas e dos distritos industriais respectivamente (9).

Trata-se de inversões de problemática que, além de não resolver as insuficiências, apontadas acima, atinentes ao papel espacial (territorial e regional) do Estado, abstrai as relações entre nação e globalização (10). Como sublinhou Lefebvre, o modo de produção capitalista se mundializa, enquanto que os sistemas produtivos anteriores permanecem locais e diversificados:

"Em suma, o modo de produção não engendrou somente espaços locais e nacionais, modelando o espaço da natureza segundo as redes e produções de trocas, comunicações. Engendra de fato um espaço mundial, espaço político superposto às características econômicas, envolvendo-as, integrando-as [...]. O espaço social e político na escala mundial reproduz e acentua as conexões locais e nacionais com as forças produtivas, com as tecnologias avançadas (sobretudo a informacional), com as relações de propriedade (sobretudo as dos Estados com seus territórios), com as formas de organização (sobretudo as firmas mundiais), com as ideologias (sobretudo as representações do espaço aéreo, informacional, etc.). Cobre a totalidade que dissociam as distinções correntes em "instâncias" (o econômico, o social, o político). Constitui na escala planetária esta totalidade, ainda inacabada, ainda no estado de disputa de uma confrontação entre forças colossais, já indicadas precisamente no e pelo espaço."(11).

Para se evidenciar a ligação entre as funções estatais de gestão do espaço e da força de trabalho, em experiências periféricas, quando geralmente ocorrem ações e obras de utilidade privada e de impostura pública insiste-se em partir da problemática da articulação dos sistemas produtivos, Considerar-se-á, então, a categoria do espaço atual, desvendando certos aspectos escondidos do tempo histórico e revelando, simultaneamente, a importância da regulação estatal da força de trabalho e do espaço no contexto da realização concreta do modo de produção capitalista.

O Estado e a articulação de sistemas produtivos

O método que se adota para abordar os seres sociais envolvidos na produção utiliza categorias que trazem o carimbo da História, pois as condições nas quais se realiza a produção variam no tempo e no espaço. Não se considera a economia capitalista eterna e imutável; seu modo de produção se exprime através de formas sociais historicamente determinadas. Obviamente, a penetração da reprodução capitalista em novas formações econômicas e sociais significa simplesmente uma série de novas gênese do capitalismo em contextos distintos (no tempo e no espaço)(13).

Além de historicamente determinado, o modo de produção capitalista não existe de forma pura, estando mais ou menos marcado por vestígios de condições econômicas anteriores. Trata-se de um modo predominante no contexto de uma combinação original de sistemas produtivos diversos, obedecendo, no caso das economias capitalistas subdesenvolvidas, à lei do desenvolvimento desigual e combinado, a saber:

"O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processo histórico. O orbe descrito assume no seu conjunto um caráter irregular, complexo, combinado."(14).

Acredita-se que numa economia capitalista subdesenvolvida é possível distinguir toda uma variedade de sistemas produtivos - segundo a utilização, da terra como objeto de trabalho (extrativismo) ou como meio de trabalho (agricultura), segundo o caráter formal ou informal das atividades, segundo a forma específica de apropriação do excedente, etc. - sob a dominação do sistema produtivo baseado na exploração do trabalho assalariado. Este último é superior aos demais quanto ao volume de produção da riqueza material e social, do excedente criado e realizado, bem como no que concerne à manifestação da hegemonia do Estado especificamente capitalista no "monopólio da violência influenciando decisivamente sobre o modo de ser dos sistemas produtivos dominados (inclusive porque este monopólio legítimo e formal acoberta certas violências reais e privadas). Na realidade, sem a mediação estatal, não se viabilizaria a articulação dos sistemas produtivos diversos, sob a dominação das relações mercantis desenvolvidas. Há, segundo Singer:

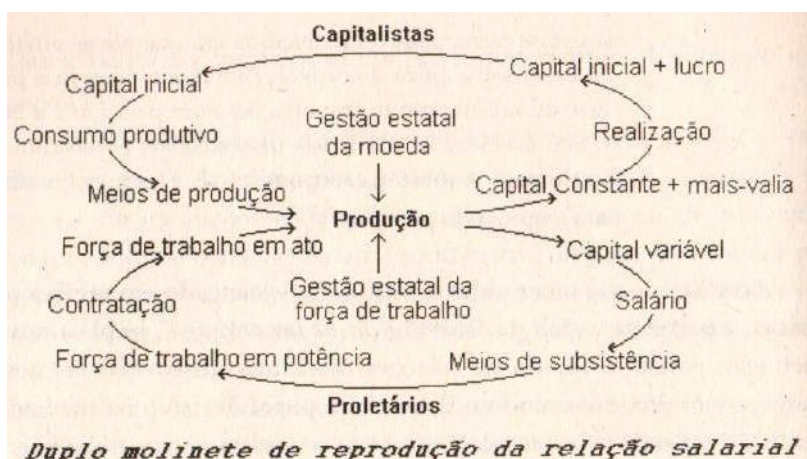
"...uma contínua e sistemática transformação de crescentes parcelas de trabalhadores em assalariados. Esta expansão das relações de produção capitalistas é parte integrante do processo de desenvolvimento o desenvolvimento das forças produtivas, mediante diversificação ("novos produtos") e renovação ("mudanças de processo") do aparelho produtivo só se torna possível na medida em que novas atividades caem sob a égide do capital. Para quem observa o processo de substituição de importações num país como o Brasil isto é óbvio: as condições institucionais e econômicas que tornam a substituição possível só a tomam possível para empresas capitalistas."(16).

Acredita-se que o crescimento industrial alcançado em regiões periféricas, a partir da lógica da "substituição de importações", implica numa penetração parcial e rápida de relações

mercantis desenvolvidas neste espaço econômico, assumindo o Estado um papel decisivo na mediação da difusão específica destas relações, como se viu em outros trabalhos:

"Para que as relações de produção dos sistemas produtivos dominados entrem no processo de circulação capitalista dominante, o Estado age sobre as formas da socialização dos agentes privados para tomá-los adequados à extensão da reprodução capitalista ao conjunto da formação social [...] A ação estatal se manifesta, por um lado, pela violência direta (expulsões, repressão) ou indireta (legislação agrária, clientelismo, paternalismo), por outro lado, pela intromissão na forma de créditos, de projetos infraestruturais, de agências de desenvolvimento e de colonização."(16).

Com o concurso da mediação estatal para o avanço da mercantilização, através da violência direta e indireta, das políticas públicas, etc -, a articulação dos sistemas produtivos sob o domínio do capital ocorre de forma ampla e profunda, na medida em que os sistemas produtivos não capitalistas são fontes geradoras tanto de força de trabalho para a exploração mercantil desenvolvida, quanto de riqueza social no processo mercantil simples, que, em ambos os casos, alimentam o excedente a ser acumulado. Considere-se o duplo molinete que assegura a permanência da exploração:



O fornecimento de meios de produção e de trabalhadores livres por sistemas produtivos não capitalistas não nega o caráter capitalista da formação social no seu conjunto, porque, como mostrou Marx, no interior do movimento do capital, o meio de produção (Mp) em que o valor-capital inicial sob a forma monetária (D) se converte:

"... Não tem necessidade de ser capital-mercadoria (M') no sentido estrito, isto é, de ser a forma funcional de um capital industrial, o produto de um capitalista. Tem-se sempre D-M de um lado, M-D do outro, mas nem sempre há entrelaçamento de metamorfoses do capital. Além disso, D-T, a aquisição da força de trabalho, não é jamais um entrelaçamento de metamorfoses do capital, pois a força de trabalho (T), em sendo mercadoria do operário, só se transforma em elemento do capital quando é vendida ao capitalista. Por outro lado, no processo M' - D' não tem necessidade de ser um capital mercadoria convertido; pode ser a transformação em dinheiro da mercadoria força de trabalho (salário), ou de um produto originário dos trabalhadores independentes, dos escravos, dos servos, das comunidades." (18).

Quando Caio Prado Jr. aplicou ao Brasil a tese do desenvolvimento desigual e combinado, afirmou algo de verdadeiro com argumentos falsos, a saber, que a concepção da existência de relações feudais de produção no campo brasileiro é errônea, sob pretexto de que todas ou quase todas as relações de produção agrícola do país são, em última instância, capitalistas (19).

Na realidade, no movimento do capital social estão inclusos produtos de sistemas produtivos os mais diversos, não necessariamente capitalistas, ainda que marcados pela forma de desenvolvimento do capitalismo. Na articulação orgânica de sistemas produtivos, quando se examinam as relações exocapitalistas, situadas sobretudo na agricultura, como efeito, a dominação do capital afeta as condições de sua existência e, conseqüentemente, as formas que assumem historicamente. Quando são examinadas como causa, estas formas não-capitalistas aparecem como condições históricas e premissas das formas concretas de determinação do capital (20). Isto não significa, porém, que os processos de trabalho (sobretudo agrícolas) existentes no espaço econômico capitalista brasileiro percam suas peculiaridades, por natureza irredutíveis aos processos de trabalho do capitalismo industrial. Não se devem suprimir pura e simplesmente as relações produtivas primitivas, domésticas, etc. - como relações sociais específicas, como determinações da existência humana peculiares - cujos seres não se determinam simplesmente em função de suas condições eventualmente pré-capitalistas (21). Por outro lado, é errôneo reduzir, como Caio Prado Jr., certas relações de produção não-capitalistas, numerosas na agricultura brasileira, a relações capitalistas, restringindo a teoria marxista do salariado somente ao seu conteúdo, sem se ocupar da forma que também é decisiva. A mercadoria de que trata Caio Prado Jr. é, em todo o espaço econômico nacional, o capital mercadoria que, além do valor-capital consumido na produção da mercadoria, engloba a mais-valia; é, então, a mercadoria produzida pelo capitalista, resultado do processo de produção capitalista. Seria preciso analisar a diversidade dos processos de produção atrás da mercadoria, diversidade que implica numa diferenciação no que concerne ao processo de trabalho, de criação e de realização do valor. Entretanto, isto não nega a unidade do todo que se estabelece por intermédio da dominação da circulação e da determinação da produção capitalistas (22).

Assim a agricultura tradicional é dominada pela circulação capitalista na medida em que aquela se transforma em simples elemento provedor de força de trabalho, de gêneros alimentícios e de matérias-primas para esta, sem que, no entanto, o setor agrícola atrasado absorva valor-capital no intuito de aumentá-lo sob uma forma capitalista determinada. As relações de produção deste setor permanecem, então, não-capitalistas. Segundo Rey:

"O capitalismo não pode jamais imediatamente e radicalmente eliminar os modos de produção precedentes, nem sobretudo as relações de exploração que caracterizam estes modos de produção. Durante todo um período, deve ao contrário reforçar estas relações de exploração, cujo desenvolvimento é que permite a provisão de bens oriundos destes modos de produção ou de homens expulsos destes modos de produção e por isso mesmo obrigados a vender sua força de trabalho ao capitalismo para sobreviver."(23).

Constata-se facilmente que os aparelhos e a legitimação de Estados existentes, marcados pela repressão e pela corrupção, não se limitam a garantir uma mediação política na realização das "trocas desiguais"(24). Ao contrário, a ação do Estado não é exterior à produção, pois o recurso aos meios políticos, como afirma Meillassoux:

"Exprime simplesmente, em função de cada conjuntura, uma partilha oportuna dos custos e das tarefas entre os empresários privados e o Estado capitalista para assegurar a implantação das estruturas apropriadas à exploração do trabalho e à realização do lucro."(25).

A intromissão estatal não busca uma superioridade que possa eliminar de vez, radical e necessariamente as relações sociais que têm por eixo natural os sistemas produtivos não capitalistas. Ao contrário, normalmente as fortalece, sendo muitas vezes o desenvolvimento dessas relações socioeconômicas ("arcaicas") o qual permite fornecer aos setores agrário, industrial e urbano ("modernos") mercadorias baratas, inclusive "trabalhadores duplamente livres" (26), oriundos dos sistemas produtivos dominados. Como resultado dessa política, os problemas agrícolas resultam muito mais dos diversos impactos causados pela natureza perversa da modernização, do que da permanência de setores que a ela teriam ficado imunes (27).

Em vez de agir pela destruição de um sistema produtivo para substituí-lo por um outro, o Estado é mediador de um processo de "modernização" que totaliza contraditoriamente as relações de produção entre os domínios "avançados" e "atrasados", ocorrendo a preservação deste por aquele para subtrair-lhe valor e trabalhadores livres (28). Aliás, os estudos empíricos do papel orgânico da pequena produção mercantil no desenvolvimento mostram que a parte comercializada dessa produção é vendida necessariamente abaixo do seu valor e que, conseqüentemente, seus preços são fixados em nível inferior aos que seriam praticados em condições especificamente capitalistas (29).

Para exprimir a articulação dialética dos sistemas produtivos como fenômeno situado tanto no nível da circulação quanto da produção, é necessário que se considere a especificidade das teorias da acumulação primitiva e do salário. Na situação concreta examinada admite-se, em primeiro lugar, a tese de que a acumulação primitiva é um fenômeno "genético e estrutural" (30). Marx sublinhara sobretudo o lado genético do processo, em que certa acumulação de capital em mãos de produtores particulares de mercadorias e a formação de "trabalhadores livres" constituem condições preliminares do modo de produção especificamente capitalista (31).

O Estado age nas economias periféricas através das conexões de poder e de moeda, implicando numa ampliação da mobilidade/adaptabilidade da força de trabalho e uma punção contínua de valor entre setores onde predominam relações de produção diversas, em proveito de uma espécie de perpetuação da acumulação primitiva para o sistema produtivo predominante. Assim, o Estado favorece o processo de deterioração cumulativa do processo de trabalho agrícola, numa lógica capitalista em que o excedente agrícola vincula-se cada vez mais a elementos do processo de trabalho urbano-industrial, exteriores a seu próprio processo, e onde os elementos que lhes são peculiares são desqualificados (32), por outro lado, admite-se a tese de que, do ponto de vista do conjunto da força de trabalho:

"A existência das camadas mais baixas do proletariado é regida pelas mesmas leis da produção capitalista que a aumentam ou que a reduzem e o proletariado só forma um todo orgânico, uma classe social cujos graus de miséria e de opressão permitem apreender a lei capitalista dos salários no seu conjunto, se englobarmos nele os operários rurais e o exército de reserva de desempregados com todas as suas camadas, desde a mais alta até as mais baixas."(33).

Considera-se, portanto, a existência do conjunto e dos subconjuntos da força de trabalho, em que a determinação da estrutura da superpopulação relativa, nos aspectos qualitativo e quantitativo, depende da situação desta em relação à força de trabalho submetida à relação salarial especificamente capitalista, num regime de acumulação dado (34).

Por outro lado, a forma específica de exploração do conjunto e dos subconjuntos da força de trabalho impõe determinadas considerações atinentes às formas de remuneração e de articulação entre sistemas produtivos tais como indicou Meillassoux:

"A hipótese de base de todo o raciocínio sobre o salário é que o capitalismo é capaz de reproduzir a força de trabalho a partir de uma população formada no seu seio. No longo pra/o, o salário não pode ser inferior ao custo da reprodução social da força de trabalho sem comprometer a reprodução capitalista. Entretanto, é evidente [...] que o desenvolvimento histórico do capitalismo aconteceu até o presente em contravenção a esta lei, pela absorção contínua e sustentada de populações provenientes do setor doméstico de produção."(35).

Tais processos ocorrem porque sob uma mesma divisão social do trabalho: a) combinam-se camadas, épocas, esferas, domínios diversos tanto dos chamados fenômenos sociais como de sensações e de percepções, de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais; b) articulam-se o rural (camponês), o industrial, o urbano, com emergências, interferências, deslocamentos, avanços e atrasos, desigualdades de desenvolvimento, e, sobretudo, com transições dolorosas, fases críticas (36).

As polaridades do tipo urbano-rural, centro-periferia, etc., têm-se reproduzido revestindo novas formas com a internacionalização, mas não implicou numa expansão geográfica do capitalismo que eliminasse progressivamente suas características de desenvolvimento desigual e combinado.

A gestão estatal do espaço

Neste contexto, o Estado capitalista assume duas funções: uma territorial, outra regional, atinentes respectivamente à "expansão espacial" do sistema capitalista dominante e à "articulação espacial" dos sistemas existentes numa formação econômica e social dada. Assim, segundo Lipietz:

"A especificidade do quadro nacional único [...] resulta precisamente da unicidade do espaço político; é sobre o conjunto do território que o Estado deve assumir seu papel para a manutenção da formação social sob a dominância do modo de produção

capitalista [...] Mas, a intervenção unificadora do Estado não implica, muito antes pelo contrário, na uniformização. Se, em última instância, a contradição principal da sociedade (burguesia/ proletariado) se regula no nível do Estado nacional, enquanto detentor do monopólio da força, fazendo aplicar o direito da classe dominante [...], em compensação, o sistema hegemônico, não somente enquadra massas populares submetidas a formas de exploração variadas, mas ainda as associa ao capital monopolista das classes dominantes, elas também variadas segundo as regiões; pode e deve, então, o sistema de hegemonia ser modulado segundo as regiões. Uma carcaça regional pode precisamente ser considerada como uma zona concreta específica no nível da qual se regulam as contradições secundárias entre as classes dominantes, sobre a base da fase atingida pela articulação dos modos de produção e do estágio atingido pelo capital local [...]” (37).

A presença dos fatores geográficos na teoria do Estado (que não é de hoje e pode ser facilmente verificada nas obras de Aristóteles, de Maquiavel e de Hegel), adquiriu, com a obra do sueco Rudolf Kjellén, *O Estado como forma de vida* (publicada em plena Primeira Guerra Mundial), maior peso e divulgação, sob o nome científico de “geopolítica”. Trata-se de uma teoria que estuda a influência exercida pelos fatores geográficos na gênese e no desenvolvimento dos Estados para tirar conclusões políticas ou sobre o exercício do poder de caráter endógeno ou exógeno. Desde então, surgiram tanto os equívocos belicistas (sustentados pelas ideologias da “*bellum justum*”, da “*segurança nacional*”, do “foco”, etc.) quanto os naturalísticos de considerar o Estado como “escravo” do seu território, ou que este serve de “corpo” para aquele, etc. (38).

Na perspectiva da revolução urbana, Lefebvre percebeu na modernidade vigente um ampla metamorfose em que o espaço revela sua natureza, o que sempre foi:

“a) um espaço político, lugar e objeto das estratégias; b) uma projeção do tempo, reagindo sobre ele e permitindo dominá-lo, e conseqüentemente, atualmente, explorá-lo até a morte. O que anuncia a liberação do tempo-espaço”(39).

Lefebvre fez aqui uma ligação entre a revolução urbana e a revolução para extinguir o Estado, aspecto que pretendemos explorar em outro momento.

Sobre o prisma da definição da categoria estatal, Heller afirmou, com razão, que os fatores geográficos espaciais não podem explicar, por si sós, a natureza do Estado;

“Nenhum fato geográfico tem importância política com independência do labor humano. Não se pode conceber a unidade e individualidade do Estado partindo unicamente das características do seu território, mas tão somente da cooperação da população sob as condições dadas de espaço, isto é, apenas socialmente. O geógrafo Vogel exprime a relação do Estado com a terra, de forma gráfica e acertada, ao dizer que o território do Estado é só a sua base e, em compensação a população é o depositário vivo e a própria substância do Estado.”(40).

Porém, a população e o território são puras abstrações se negligenciamos as classes sociais e a divisão do trabalho, (nas dimensões social, técnica, espacial, internacional, etc.) que os compõem, respectivamente. Heller disse, portanto, algo de verdadeiro com argumentos falsos (no mínimo, imprecisos). A formulação de Lacoste é bem mais interessante:

“importa perceber que o espaço não é neutro nem inocente, mas um dos campos de ação por excelência das forças políticas; o Estado é também uma entidade geográfica e o aparelho de Estado organiza o espaço geográfico de forma a exercer seu poder sobre os homens [...]” (41).

Com efeito, concordamos com a tese segundo a qual a ação dos aparelhos de Estado produz o território, possibilita a passagem da multiplicidade de espaços à unidade territorial, porém; como sublinhou Miaille:

"As transformações que levaram o Estado a tornar homogêneos espaços anteriormente espedaçados com articulações variadas não tiveram por efeito nenhuma eliminação da propriedade privada, muito antes pelo contrário. Esta evolução estendeu a propriedade privada a todos os espaços. E é, finalmente, isto que poderia ser o segredo da homogeneidade do espaço territorial, antes esquartejado entre modos de apropriação muito diferentes."(42).

Sobre a relação entre o Estado e o espaço, Lipietz diz algo de falso com argumentos verdadeiros; isto é, parte do fato líquido e certo de que a divisão do trabalho e a luta de classe são a essência do Estado, para afirmar que o Estado autonomizado:

"Deriva primeiramente da divisão do trabalho, e secundariamente da existência de uma (ou de várias) classe dominante. Mas, desde então, o Estado se transforma em Estado (ou das) da classe dominante, instrumento para dividir, controlar e domar as classes dominadas". (43)

Ora, quando ocorre o desdobramento da sociedade burguesa em sociedade civil e Estado, não há primazia nem instrumentalização, mas relação dialética entre as determinações estatais da divisão do trabalho (essência material) e da luta de classes (essência social). A reflexão de Lipietz é mais consistente no que concerne ao papel espacial do Estado ou melhor, do governo (sua manifestação fenomênica), sob as formas dos aparelhos e da legitimação de Estado, que intervém na expansão territorial do modo de produção dominante (organização do espaço) e na articulação espacial dos modos de produção existentes (ação regional) (44). Neste sentido, para Oliveira, na experiência brasileira:

"O planejamento emerge aqui como uma "forma" da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da "integração nacional"[...] (45)

Por outro lado, deve-se considerar que, tanto a teoria elaborada na Escola Superior de Guerra sobre o poder nacional, (definido como o conjunto de meios de que dispõe o Estado para a realização de seus objetivos, tendo como seu principal componente o binômio território-população espaço, homens e recursos naturais), como também a geopolítica da integração concebida pelo general Golbery levaram à definição de uma "geoestratégia", cujo fim era, no contexto da Guerra Fria, o de alinhar-se aos países do bloco ocidental, sob a liderança dos USA, no esforço de contenção do avanço do comunismo (46).

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, conforme os autores da geopolítica militar brasileira, seria preciso também uma "reconquista da Amazônia", para preservar este espaço de uma possível ocupação estrangeira, diante do pouco aproveitamento produtivo do imenso território amazônico:

"Gradativamente, diz Oliveira, a Amazônia vai ganhando importância como uma área a ser defendida, o que só seria politicamente viável a partir de um forte

entrelaçamento entre os interessados na área e o Estado brasileiro; traduzindo, era preciso que valesse a pena defender a soberania brasileira sobre o território [...] Cumprida, portanto, sempre na ótica desses autores, e mais expressivamente na obra de Golbory, tornar a fronteira amazônica uma fronteira viva, isto é, dinâmica, produtiva (e, no limite, expansionista, se seguirmos as ideias de Ratzel um dos precursores da Geo-política)." (47)

O planejamento regional de um Estado "capturado" e a "geoestratégia" (que gestou a famigerada Doutrina de Segurança Nacional) são aspectos importantes para a compreensão da natureza de megaprojetos de impacto da ditadura militar como Carajás, Tucuruí, Transamazônica, Zona Franca de Manaus, etc. Foram os frutos da doutrina geral do intervencionismo da ditadura militar, cuja política admitia certa unidade e competição entre a corrente "estreguista" (a nível nacional) e a proposta de "integrar para não entregar" (a nível regional).

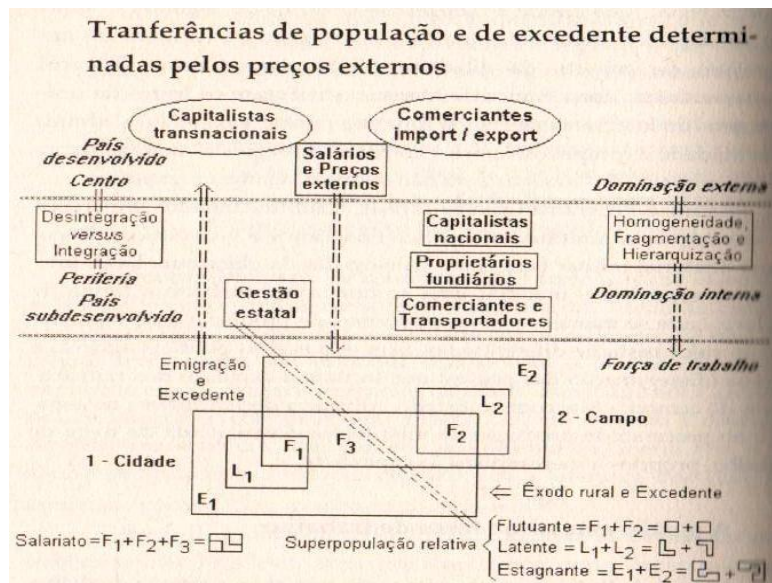
Assim, o Programa Grande Carajás, conforme intentos imperialistas das empresas multinacionais, fisco-financeiros e geopolíticos do governo ditatorial-militar bem como fisiologistas da oligarquia local, integram ao capitalismo mundial uma economia regional sob a forma de enclave, onde se mantêm e se criam formas de produção e de reprodução do valor bastante diferenciadas. Sem esquecer as políticas agrícola e agrária (disseminação das posses) que incitam a expulsão dos trabalhadores do campo, vê-se como o Estado influencia decisivamente no espaço e no processo de produção de uma forma determinada de força de trabalho, próprios à mercantilização capitalista.

A gestão estatal da força de trabalho

Gérard de Bernis afirmou com razão que, num contexto de democratização, a questão dos preços é decisiva no processo de desenvolvimento, no sentido de que:

"Nenhuma estratégia eficaz de desenvolvimento pode ser encarada se não nos colocamos o problema dos preços relativos (agricultura/indústria) que é também o da conservação do excedente no seio da economia que o produz para nela financiara acumulação."(48).

Através do gráfico abaixo, buscou-se aperfeiçoar a tentativa de Gérard de Bernis de reconstituir os elementos principais da destruição das economias camponesas e da consequente reestruturação social sob a influência dos preços internacionais. Sublinhou-se a importância das relações dialéticas entre Centro e Periferia, entre dominação externa e dominação interna, na formação do conjunto e dos subconjuntos da força de trabalho.



O resto do mundo está representado na parte superior do gráfico acima, reduzido ao país central do sistema produtivo. Aliás, esta representação justifica-se pela interpenetração dos capitais na escala do conjunto dos países centrais, implicando numa extinção dos sistemas produtivos nacionais, na medida em que são recompostos como parcelas de um sistema produtivo internacionalizado. Na fronteira deste, encontram-se os capitalistas transnacionais e os comerciantes "import/export" através dos quais se fazem sentir os efeitos-preços. O modo de produção capitalista é dominante tanto no país desenvolvido como no país subdesenvolvido mas grande parte deste ainda é organizada no contexto de sistemas produtivos não-capitalistas. No interior do espaço do país subdesenvolvido, a barra superior agrupa as forças dominantes internas, os capitalistas nacionais (produtivos), os proprietários fundiários (improdutivos), os comerciantes e transportadores, e o Estado, enquanto, que a força de trabalho ocupa a base deste espaço, à esquerda os urbanos, à direita os rurais. No seio dos sistemas produtivos urbanos e rurais, encontram-se o salariedade e a superpopulação relativa. A ligação mercantil entre os rurais e os urbanos é feita pelos comerciantes e pelos transportadores. O gráfico acima procura mostrar a força de trabalho no seu conjunto encontra-se afetada por um sistema de preços controlados, em última instância, pelas forças dominantes dos países capitalistas avançados. Os países subdesenvolvidos sendo colocados e mantidos em concorrência para os preços agrícolas que exportam, os preços destes produtos sendo fixados num nível muito baixo, sem risco de fornecimento para os importadores. Da mesma forma, o capital transnacional fixa o nível dos salários e impõe aos governos as legislações necessárias. Este nível de salário é "compatível" com a reprodução da força de trabalho se já existem atividades urbanas "informais" produzindo bens e serviços a um preço compatível com este nível de salário e se o governo toma as medidas necessárias para manter o preço dos produtos agrícolas no nível "correspondente": caso o governo não cumpra este papel com eficácia, a entrada massiva de cereais importados a baixo preço pode assegurar o resultado desejado. Assim, quer produza para a cidade, quer para a exportação, o agricultor deve-se submeter a preços que não correspondem nem mesmo à reprodução simples da população agrícola. Mas, o essencial é compreender como esta integração ao mercado mundial coloca a agricultura dos países

subdesenvolvidos na submissão a um sistema de preços, impedindo que ocorra progresso técnico na periferia e, quando ocorre uma crise, a desestrutura.

A restrição dos preços desestrutura e reestrutura a sociedade subdesenvolvida: os trabalhadores qualificados urbanos são atraídos para o Centro ("êxodo de cérebros") e os agricultores, que não podem mais sobreviver no campo, vão emigrar diretamente para o estrangeiro ou para a cidade, cujas atividades precárias se ampliam na medida em que o capitalismo se desenvolve; porém, se o êxodo rural é muito intenso, pode uma parte desta população se dirigir tanto para a cidade como para o estrangeiro (onde os salários são mais elevados). Esta emigração não ocorre necessariamente para os países desenvolvidos: pode também se dirigir para países vizinhos onde conflitos se darão em torno da disputa pelo emprego. Os principais fluxos de mercadorias no interior da economia subdesenvolvida, produtos alimentares, serviços prestados pelo setor exocapitalista, força de trabalho assalariada (comprada pelo capital nacional ou transnacional); no sentido inverso, as empresas nacionais ou estrangeiras vendem ao setor exocapitalistas seus dejetos para que seja reaproveitados (o que não podem fazer nos países desenvolvidos), tendo, assim a possibilidade de valorizá-los. Os produtos agrícolas, exportados diretamente pelos agricultores, e indiretamente pelos proprietários fundiários, e os produtos manufaturados exportados pelas empresas controladas pelo capital nacional passam pelos comerciantes de "import/export" que fornecem no sentido inverso os utensílios aos setores exocapitalistas, os bens intermediários ao setor capitalista, os meios de trabalho e os fertilizantes às zonas rurais. O gráfico acima traduz em termos de excedente os principais fluxos de mercadorias no interior da economia subdesenvolvida, produtos alimentares, serviços prestados pelo setor exo-capitalista, força de trabalho assalariada (comprada pelo capital nacional ou transnacional). Na sua parte esquerda, o gráfico acima exprime a existência de uma economia mundial capitalista na qual o país desenvolvido, através de uma dupla dinâmica, desestrutura (desintegra) e parcialmente reestrutura (integra), ao menos as partes assimiláveis do país subdesenvolvido, num processo que condiciona o movimento da periferia à órbita imperialista do centro. Como observou Amin:

"Vista do interior das sociedades capitalistas avançadas a regulação fordista pode ser qualificada pelo termo simpático de "social democrata"; vista numa perspectiva mundial (de um mundo cujos 3/4 é constituído por povos das periferias) mereceria, talvez muito mais, o qualificativo menos vantajoso de "social imperialismo".(50).

Na sua parte direita, o gráfico acima exprime a dominação (externa e interna) das classes exploradoras sobre a força de trabalho. Como sublinhou Lefebvre, existem três traços característicos do trabalho social nas sociedades capitalistas tecnicamente avançadas:

"Por um lado (abstrato), homogeneidade, equivalência e sistemas de equivalências, no limite, identidade repetitiva dos gestos e atos - por outro lado [concreto], quebra, fragmentação, especialização ao exagero, parcelização [...] Mas, isto não é tudo. Há um terceiro aspecto deste modo de existência do trabalho social: a hierarquização. Os trabalhos e atividades são estritamente hierarquizados, bem como os trabalhadores. A desigualdade reina no seio da equivalência, da comparabilidade e mesmo da convertibilidade. No topo, gerentes técnicos e tecnocratas. Na base, os trabalhos divididos. Entre os dois, os controladores, vigias, pessoal de domínio. A cada nível sua hierarquia própria, o que se manifesta na escala de retribuições [...] Assim, a homogeneização tende a constituir uma vasta entidade social, submetida por um lado à economia (produção) e por outro lado à política (topo da hierarquização, ordem estatal).Tende a estabilizar esta construção e mesmo a

estendê-la para a escala mundial. O que não ocorre sem dificuldade, porque conflitos e contradições aparecem de todos os lados, devidos às desigualdades que os outros traços (homogeneidade, sobretudo) não conseguem abafar."(31).

Na sua parte direita, o gráfico acima exprime, também, que o centro domina a periferia através do esquema geral "homogeneidade, fragmentação, hierarquização"; isto é, como mostrou Lefebvre, hoje, o espaço social e político produzido pelas relações de produção, de reprodução e de dominação [...], entra naquele esquema da maneira seguinte:

"Através da organização e da informação, aconteceu [...] uma espécie de unificação do espaço mundial, com pontos fortes (os centros) e bases mais fracas e dominadas (as periferias). Nestas últimas zonas se perpetuam diferenças que resistem mais ou menos bem, mas não paralisam o processo de conjunto. Este se traduz por eficazes dispositivos de controle e de vigilância [...] Nisso, o espaço tem uma conexão bem mais forte com o Estado do que antigamente o território com a nação. Produzido não o é somente pelas forças e relações de produção e de propriedade; é também um produto político, o dos controles administrativos e repressivos, o das relações de dominação e das estratégias decididas no topo do Estado. E isto não somente na escala de cada Estado mas na escala internacional e mundial, a da sistema estatal planetário [...] O espaço se quebra em espaços separados, ocupados por funções que se exercem nestes espaços distintos [...] No espaço social, suporte "material" e "imaterial" simultaneamente das relações sociais, a fragmentação é um instrumento do poder político; ele divide e separa para reinar[...] Os espaços dissociados no homogêneo se hierarquizam [...] A hierarquização toma formas gerais e específicas: a distinção entre os pontos fortes do espaço G os centros - (de potência, de riqueza, de trocas materiais e espirituais, de lazeres, de informação), que aliás se multiplicam e se hierarquizam - e as periferias (também hierarquizadas, mais ou menos distanciadas de tal centro principal ou secundário, até assumir às vezes um aspecto desértico, abandonado dos deuses e dos homens). A oposição "centro - periferia" vai longe, pois se estende das grandes capitais e das cidades mundiais até as regiões e países os mais miseráveis, ditos "não-desenvolvidos". Inclui uma oposição não menos pertinente e hierarquizante entre a atividade e a passividade- A dominação dos centros sobre os espaços dominados garante o caráter homogêneo do espaço. Exerce seu controle sob todos os pontos de vista {organizacional, administrativo, jurídico, fiscal, policial, etc.) sobre as periferias simultaneamente dominadas e dissociadas. O informacional, salvo imprevisto, acentua esta dominação. Os centros dispõem também de máquinas e de processamentos. Os centros ligam as periferias, as coordenam, as submetem à estratégia global, a do Estado. A hierarquização se vincula à estratificação, para que as mudanças ocorrendo no seio da totalidade não a comprometam, respeitando a escala hierárquica que vai dos lugares ao ordenamento geral e espacial da sociedade"(52).

Na "modernização conservadora" (53) apoiada pelo Estado, - cuja lógica dominante é a "substituição de importações", ou a "industrialização restringida", ou o "milagre econômico", ou o "fordismo contrariado" (54) - o crescimento industrial se transforma simultaneamente em causa e razão suprema, estendendo seus efeitos no espaço sob a égide de políticas públicas, que remendam um tecido urbano, frágil e mal acabado (55). A industrialização periférica não eliminou a dominação central inerente à economia mundial capitalista, que encontrou novas formas de monopólios financeiros, tecnológicos, culturais e militares desfavoráveis ao desenvolvimento, em profundidade e em extensão, do fordismo na Periferia. Assim, a dívida externa é um meio, dentre outros, de punção de excedente para o Centro, no contexto da mundialização financeira. A regulação estatal ditatorial do fordismo periférico fracassou ao longo dos anos 1980, abrindo a via para as políticas neoliberais ditas de

"ajustamento estrutural" impostas pelo Centro buscando simplesmente adaptar o polo dos mais fracos às restrições da acumulação no polo dos mais fortes.

De acordo com os neoliberais, para sair do impasse, em que se colocou o fordismo periférico, não basta mudar o governo: falta, ainda, transformar o Estado propriamente dito, ou melhor:

"Trata-se de fazer retroceder os sindicatos, de reduzir as demandas, de mudar o padrão de consumo, de dismantelar e reestruturar o Estado-providência, de desregular e minimizar a intervenção estatal, e ao mesmo tempo, revitalizar as torças do mercado."(56).

Hoje, quando os países capitalistas avançados impõem "ajustamentos estruturais" aos países subdesenvolvidos, as análises dominantes revelam sua fragilidade ao entrar num "falso debate" sobre os obstáculos ao desenvolvimento em razão seja das forças internas, seja das forças externas (polarização inerente à expansão mundial do capitalismo), sublinhando a importância do progresso técnico na superação da crise e na conquista da modernidade - sem colocar claramente os problemas do imperialismo, que não podem ser explicados fora da divisão capitalista do trabalho, da luta de classes correspondente, da natureza e do papel do Estado, etc.

A expansão industrial na periferia, realizada no quadro da internacionalização recente, incitou o desuso nas análises correntes de categorias exprimindo mais ou menos bem o fenômeno real do desenvolvimento desigual e combinado. Deixam, portanto, de ver que se trata na realidade de um fordismo, sem compromisso interno social-democrata, sem adequação da expansão do salário real aos aumentos de produtividade, etc cujo localização periférica não implica em perda de controle pelos monopólios tecnológicos e financeiros dos Centros dominantes, o que exige um governo com legitimidade restringida. Por outro lado, as análises dominantes reconhecem, embora de maneira imperfeita, que "as forças do mercado" produzem nestas circunstâncias uma fração considerável do exército industrial de reserva, que é facilmente levada a oferecer sua força de trabalho aos capitalistas. Uma vasta literatura lhe é consagrada para evidenciar a "oferta ilimitada de mão de obra", o "dualismo do mercado de trabalho", etc. (57)

Foi mostrado em trabalhos de tese (58) como a experiência do Brasil desde 1930, e sobretudo a partir dos anos 1950, passando pelo redime de acumulação promovido pela ditadura militar instalada em 1964, ilustra a lei geral da acumulação capitalista, cuja ação é naturalmente modificada por circunstâncias particulares atinentes, por um lado, à transição para o capitalismo monopolista, por outro lado, à inserção particular do país na divisão internacional do trabalho. Trata-se da lei descoberta por Marx, relativa à manufatura e à indústria moderna, a saber:

"A lei do decréscimo proporcional do capital variável e da diminuição correspondente na demanda de trabalho relativa [... que] tem por corolários o acréscimo absoluto do capital variável e o aumento, absoluto da demanda de trabalho secundo uma proporção decrescente, e enfim, por complemento, a produção de uma superpopulação relativa." (59).

Paulo Renato Sousa, reclamando-se da tradição marxista, cometeu o disparate de afirmar que o exército de reserva não passa de um subconjunto da superpopulação relativa:

"O exército industrial de reserva seria então uma espécie de conceito "qualitativo" concernente à população excedente: é preciso ao menos que uma parte da superpopulação tenha a "qualidade" de "exército industrial de reserva", porque tal qualidade é requerida para a reprodução do capital." (60)

Trata-se de uma confusão e de um funcionalismo que o autor poderia ter evitado pela simples leitura para posterior utilização da metodologia marxiana (61). Segundo esta metodologia, a determinação (qualitativa e quantitativa) da estrutura da superpopulação relativa depende da situação desta em relação à força de trabalho submetida ao salariedade propriamente dito num regime de acumulação dado. Como disse Spinoza: *Omnis determinatio est negatio*. Considerou-se, acima, como absolutamente análogas, empresas capitalistas manufatureiras e agrícolas. De acordo com esta metodologia, no sistema capitalista propriamente dito tende a existir sempre força de trabalho disponível, e pode este sistema colocar mais trabalho em movimento, caso necessário, sem aumentar o número de operários empregados, ou ainda sem crescer a massa de força de trabalho assalariada, através da passagem da condição de flutuante (F1 + F2) para salariedade propriamente dito (F3). Que o desenvolvimento histórico do capitalismo implique numa proletarianização crescente da força de trabalho, não há nada de surpreendente ou original. Como sublinhou Wallerstein, "O que pode causar admiração não é, de modo algum, que tenha ocorrido no processo uma tão forte proletarianização, mas, ao contrário, que tenha sido tão limitada."(62).

Assim, a evolução da força de trabalho no Brasil indica que as fronteiras do conjunto e dos subconjuntos da força de trabalho são muito dinâmicas, em correspondência com o forte ritmo de acumulação no nível do capital social, sobretudo na época da "integração nacional" e do "milagre econômico brasileiro", promovidos pela ditadura militar; como mostrou Singer:

Evolução da força de trabalho no Brasil (1960-1976)

Discriminação ²	1960	1970	1976
F3	3.262.021	5.198.628	10.957.013
F1	4.394.135	7.170.028	8.959.598
S1	1.540.917	1.626.499	1.716.707
L1	128.223	168.596	129.526
F1+S1+L1	6.063.275	8.965.123	10.805.831
F2	2.857.873	3.202.651	3.118.680
S2	4.743.820	6.277.670	2.442.638
L2	3.523.835	6.092.787	2.233.216

² Os números foram obtidos por Singer a partir de um conjunto de critérios, como as rendas, a estabilidade no emprego, etc. A correspondência com a nossa metodologia foi a seguinte: proletariado propriamente dito = F3; subproletariado assalariado das atividades agrícolas = F2; sub-proletariado assalariado das atividades não-agrícolas = F1; subproletariado não-assalariado das atividades não-agrícolas = L1; subproletariado não-assalariado das atividades agrícolas = L2; sub-proletariado autônomo das atividades não-agrícolas = S1; subproletariado autônomo das atividades agrícolas = S2.

F2+S2+L2	11.134.528	15.573.108	7.794.523
F1+F2+F3	10.514.029	15.577.307	23.037.291

Fonte: Singer, Paul. Dominação e desigualdade, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981, p.129.

Na primeira metade dos anos 1980, considerando o proletariado brasileiro segundo o critério da formalização do assalariado, por intermédio da carteira de trabalho (os outros assalariados formando, então, o subproletariado), e comparando com os trabalhadores por conta própria (subproletariado autônomo) e com os trabalhadores não remunerados (subproletariado não assalariado), os números obtidos (63) mostram que a recessão e as políticas de estabilização correspondentes provocaram uma queda relativa do salariedade com carteira assinada. Este fenômeno, sendo ligado ao começo da desindustrialização num período em que a queda da fecundidade não influencia ainda o mercado de trabalho, reduziu a demanda de emprego. Mas, o fenômeno não se acompanha de uma queda absoluta do número de assalariados no nível macroeconômico; e, sobretudo, o emprego não-assalariado não aparece como uma esponja do emprego assalariado, os períodos de crise e de ajustamento econômico se traduzem por um aumento do salariedade sem carteira assinada (64).

O mercado de trabalho não é "dualista", ainda que a força de trabalho seja um conjunto heterogêneo de indivíduos com diversos graus de disponibilidade em relação a sua inserção no processo de acumulação de capital. Ora, este processo significa também proletarização da população e, então, a possibilidade de desenvolvimento da consciência sindical e política, porque não há uma relação necessária entre as vantagens econômicas relativas obtidas por certos subconjuntos da força de trabalho e a integração subjetiva dos trabalhadores no sistema capitalista; a diversidade da utilização da força de trabalho em si (em ato), não é uma barreira intransponível para a formação da força de trabalho para si (em potência).

Vimos em outros trabalhos que a expansão da força de trabalho (ver quadro abaixo) submetida ao regime de salariedade foi decisiva no surgimento de novas formas de reivindicação operária, que tendem à ultrapassagem do sindicalismo corporativista (65).

Estrutura social brasileira (1960-1976)

Classes sociais	1960	1970	1976
Burguesia	467.616	709.685	1.313.145
Pequena Burguesia	2.788.254	3.447.527	8.137.076
Proletariado	3.262.021	5.198.628	10.976.485
Sub-proletariado	17.197.803	24.538.231	18.566.358
Total:	23.715.693	33.894.071	38.993.064

Fonte: Singer, Paul. Dominação e desigualdade, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981, p.108.

Quando se passar da análise das ligações entre acumulação e emprego ao estudo das implicações do regime de acumulação sobre as diversas frações da força de trabalho, constata-se que o mercado de trabalho industrial sofre a influência de uma enorme

superpopulação relativa, seja latente seja flutuante, alimentada constantemente pela desintegração dos sistemas produtivos menos eficazes do ponto de vista do capital (os sistemas das economias informal e de subsistência onde se encontra uma superpopulação relativa estagnante). O movimento do capital provoca, por um lado, a liberação de operários originários destes sistemas produtivos (para colocá-los na situação de superpopulação relativa latente ou flutuante), o que significa produção da força de trabalho pelo capital; por outro lado, a perpetuação do operário livre através do salário, o que significa reprodução da força de trabalho pelo capital. É o grau de desigualdade do desenvolvimento do capitalismo que determina a importância relativa desta produção e desta reprodução da força de trabalho. Sobre o aspecto que nos interessa aqui, o da produção, Singer chegou à seguinte conclusão:

"A produção de força de trabalho pelo capital tende inerentemente a sobrepassar suas necessidades de mão de obra, resultando, em consequência, um excedente de força de trabalho, cujo tamanho varia inversamente com o ritmo de acumulação de capital."(66).

É estudado em outra ocasião também o aspecto da gestão estatal da reprodução da força de trabalho (sindicatos, salários diretos e indiretos, etc.) (67) Retoma-se aqui somente o aspecto da gestão estatal do exército de reserva, que varia no tempo e no espaço, articulado com o processo de produção da força de trabalho pelo capital - os movimentos de trabalhadores nos setores e no espaço sendo determinados pelo movimento contraditório do capital, cuja mediação supõe a intromissão estatal - de maneira que se constata a existência de uma massa de trabalhadores tornados a cada dia excedentários.

Entretanto, o excedente de mão de obra não é um fenômeno de disponibilidade automática e ilimitada de força de trabalho, daí, os casos paradoxais da "abundância com insuficiência". A produção de força de trabalho para o capital não é necessariamente produção de força de trabalho para o capital de maneira imediata. A superpopulação relativa exige um certo tempo antes de ser utilizada produtivamente. Sua existência serve, portanto, de margem de manobra contra os operários empregados no momento da negociação salarial. Assim, o exército de reserva está longe de ter um papel "puramente teórico" ou "abstrato".

Na experiência do Brasil, na busca de mobilidade para a força de trabalho, a estratégia patronal utiliza vários tipos de instrumentos econômicos e políticos para obter a redução da superpopulação estagnante em proveito da superpopulação relativa flutuante e latente. As condições específicas de subsunção (formal e real) do trabalho ao capital neste país implicam num fenômeno massivo de instabilidade no emprego industrial. Por isso, as fronteiras existentes entre o proletariado e o subproletariado, por um lado, e no seio de cada um destes subconjuntos da força de trabalho; por outro lado, mudam muito com a evolução do processo de acumulação, o que evidencia o equívoco da tese do dualismo do mercado de trabalho, especialmente da tese da aristocracia operária em que se passa da visão de uma classe operária atrasada à de uma classe operária avançada e privilegiada, sobretudo nos setores industriais modernos. É fácil constatar que no próprio quadro das indústrias modernas e dinâmicas são implementadas políticas diversas de gestão da força de trabalho nos domínios das condições de trabalho, dos salários, etc., sem que este fenômeno implique em isolamento

dos operários das usinas de ponta e numa impossibilidade de desenvolvimento da força de trabalho para si, no seu conjunto.

Conclusão

Quando se examinam as transformações estruturais na Economia Brasileira durante a fase recente de internacionalização, constata-se a expansão da força de trabalho sob o regime do salariedade, independentemente de toda consideração sobre a dinâmica demográfica. Entretanto, o processo de acumulação de capital não absorve toda a oferta de trabalho por causa da concentração de capital própria ao desenvolvimento do regime monopolista. Assim, como já havia constatado Marx:

"A própria acumulação, e a concentração do capital que ela implica, não passa de um meio material de crescer a produtividade. Nesse acréscimo dos meios de produção se inclui o crescimento da população operária, a formação de população adequada ao capital excedente e que até exceda sempre de modo geral suas necessidades, em suma, uma superpopulação de trabalhadores."(68).

Para se compreender o fenômeno da formação do exército de reserva no seu conjunto, tem-se de analisar a dialética das relações entre os diferentes sistemas produtivos sob a hegemonia dos capitalistas e a predominância do capital industrial.

Ora, o sistema produtivo capitalista é o principal mercado para os produtos originários dos outros sistemas produtivos; além disso, os recursos que alimentam as atividades não capitalistas no seio do Estado, do informal, etc., originam-se no sistema produtivo capitalista. Portanto, o contexto dessa formação de exército de reserva não é simplesmente o do desenvolvimento econômico, demográfico e político em geral, mas do desenvolvimento específico (temporal e espacial) de um tecido urbano, de uma economia e de um Estado capitalistas. Isto significa que ocorreu desenvolvimento da divisão social, técnica, internacional do trabalho (implicando em diversificação da produção, progresso técnico, elevação de produtividade), como eixo do desenvolvimento de relações sociais especificamente capitalistas e, então, do desenvolvimento das lutas de classes correspondentes. Hoje, segundo Singer:

"Como resposta aos requisitos da técnica e das finanças, quando não do Estado, é o capital monopolista o que de fato domina o processo de desenvolvimento e são as relações típicas do capitalismo monopolista [...] as que acabam por predominar,"(69).

A produção da força de trabalho pelo capital não é um resultado puro e simples do processo de valorização do capital, mas depende também da evolução do processo de trabalho que lhe serve de base material, assim como das formas segundo as quais este processo está submetido àquele. Assim:

"O capital monopolista não só domina os novos ramos de produção, que são implantados por substituição de importações, como penetra por meio de "mudanças de processo" nos mais antigos. Desta forma, progride a concentração do capital

muitas vezes sob a égide de subsidiárias das multinacionais. Convém notar que, em consequência, é grande o número de pequenos e médios empregadores que se proletarizam, o que não deixa de ser outra maneira de o capital produzir a força de trabalho de que necessita [...]"(70).

Portanto, as estratégias capitalistas de produção da força de trabalho variam no tempo e no espaço, para um estado dado de desenvolvimento das forças produtivas e, em particular, de desenvolvimento desigual no próprio contexto da indústria de transformação.

A partir dos anos 1930, embora não tenha havido uma política voluntarista e de controle absoluto da exército industrial de reserva, o desenvolvimento desigual entre as atividades rurais e urbanas (cada vez mais favorecidas pelo Estado) permitiu a exploração de uma mão de obra rural sem experiência do salariedade industrial; a utilização da imigração e das trocas incessantes de população entre o salariedade propriamente dito e o exército industrial de reserva fizeram surgir continuamente forças de trabalho "móveis" para o capital. Após a Segunda Guerra Mundial, a gestão estatal do exército de reserva ficou ainda mais complexa porque implementa diversos mecanismos de políticas públicas para transferir valor (seja entre os sistemas produtivos seja entre os setores), para fixação dos preços relativos entre o capital e a força de trabalho, para transferir tecnologias, etc. A experiência brasileira confirma a regra da realidade empírica global do capitalismo histórico, observada por Wallerstein, a saber:

"O fato de que os assalariados pertençam a famílias semi-proletarizadas em vez de pertencer a famílias proletarizadas foi justamente a norma estatística, e não a exceção." (71)

As transformações observados acima no contexto do conjunto e dos subconjuntos da força de trabalho no Brasil exprimem a implementação de um regime de acumulação em que o capital social é favorecido por um "disciplinamento global do fator trabalho" imposto pelo Estado, e o capital produtivo individual goza de uma total liberdade de exploração nas usinas e no campo.

Os teóricos estruturalistas da "heterogeneidade estrutural" cometem o erro de conceber o processo de trabalho como puramente técnico e, conseqüentemente, de considerar que as práticas de emprego de uma firma são o resultado da natureza técnica da produção, ignorando que o processo de trabalho forma um todo com o processo de valorização e um aspecto particular da acumulação de capital. Esta ocorre em certas condições sociais e políticas específicas, e a forma precisa assumida pelo controle da mão de obra depende dessas condições (72). Assim, nas diversas formas de exploração vigentes, relações diversas de domínio e de servidão podem coexistir na economia, cujos trabalhadores, embora submetidos ao mesmo ordenamento jurídico, só realizam na prática os seus direitos às custas de seus próprios "riscos e perigos".

Diante do exposto, as possibilidades e os fins das ações, as lutas operárias, não deveriam ser conduzidas simplesmente ao economicismo para obter aumentos de salários. Na perspectiva marxista de abolir a relação salarial, as lutas de classe, como sublinhou Lefebvre,

"Deveriam restituir a unidade na fragmentação e a diversidade no homogêneo [...] Estas lutas deviam e devem ainda impedir a dispersão, restabelecer através da

hierarquia estratificada não somente o "trabalhador coletivo" disseminado, mas a unidade de classe. Ao mesmo tempo e no mesmo ato deveriam impedir o reinado do repetitivo dominando as condições do trabalho [...]"(73).

Embora persistam mesmo, se desenvolvam enormes desigualdades no seio da força de trabalho, tanto a internacionalização do capital como a renovação tecnológica pela informatização da produção - não se limitando a resolver a crise do fordismo na perspectiva das classes dominantes - possibilitam convergências de interesses inéditas entre as diferentes categorias de trabalhadores (produtivos e improdutivo, operários e quadros, nacionais e estrangeiros, etc.), favorecendo a mobilização da força de trabalho no seu todo contra a constituição de um espaço de barbárie, de catástrofes. Convém não esquecer que as soluções capitalistas modernas acompanharam-se de guerras, de fascismo, etc., para marginalizar a ruptura operária e integrar a classe operária ao projeto do Estado-providência. O fordismo só conseguiu viabilizar o compromisso histórico entre capitalistas e proletários porque desenvolveu mecanismos de socialização que, além de aumentar os salários reais, amenizaram os problemas inerentes à existência da superpopulação relativa no Centro. Na Periferia, ao contrário, não existem condições favoráveis para evitar que a internacionalização capitalista não assuma formas brutais de exploração do conjunto da força de trabalho. Como sublinhou Samir Amin, no Terceiro Mundo em vias de industrialização:

"A coexistência [...] de um exército de reserva sempre abundante toma o conflito social agudo e potencialmente revolucionário. Esta situação, característica do capitalismo periférico moderno, cria condições políticas e ideológicas favoráveis à construção de alianças nacionais e populares, articuladas em torno da classe operária, dos camponeses superexplorados pelo peso do financiamento da expansão que lhes é imposta e das massas pobres marginalizadas que constituem o exército de reserva."(74).

A dominação exercida sobre a força de trabalho periférica, seja pela dicotomia desintegração - integração seja pelo silogismo homogeneidade – fragmentação - hierarquização, será cada vez mais brutal e explosiva, caso não viabilizemos uma outra mundialização, que considere a emancipação proletária como premissa absoluta da emancipação universal.

Sans oublier la richesse des déterminations de la forme-Etat, dont les liens avec le capital sont organiques, on examine ici, par force de Tabstraction, seulement Taspect tonctionnel concernant les gestions étatiques de Tespace, des prix relatifs, ainsi que l'ensemble etles sous-ensembles de la force de travail, dans les regions capitalistes sous-développées.

Notas e Referências Bibliográficas

- (1) SCHUMPETER, Joseph. Impérialisme et classes sociales. Paris: Flammarion, 1984. p.250.
- (2) KELSEN, Hans. Derecho y paz en las relaciones internacionales. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p 33 e seg. / Para uma crítica, ver STUCKA, Pètr Ivanovic. La función revolucionaria del derecho y del Estado, Barcelona: Península, , 1974, p.77 e seg.

- (3) PACHUKANIS, Evgeny. A teoria geral do direito e o marxismo. Coimbra: Centelha, 1977. p.174.
- (4) BOBBIO, Norberto. Estado, Gobierno, Sociedad. Barcelona: Plaza & James, 1987.,p.105.
- (5) STUCKA, Pétr Ivanovic. Op. cit., p. 81-82.
- (6) BÜRDICA, Amadeo. Espece humaine et croûte terrestre. Paris: Payot, 1978. p.124.
- (7) BENKO, Georges, LIPIETZ, Alain. (Org.) Les régions qui gagnent Paris: PUF, 1992. Introdução, p.21.
- (8) Id.Ibid, p.23.
- (9) Para uma crítica ao modelo de desenvolvimento endógeno baseado nas seções produtivas ver: FARIAS, Rávio Bezerra de. L'État et le processus de socialisation capitaliste au Brésil, Tese (Doutorado de Estado). Paris-Nord, Paris,1988, MATHIAS, Gilberto, SALAMA, Pierre. L'É-tat surdéveloppé, la Découverte. Paris: Maspero, 1983. Para uma crítica ao modelo de desenvolvimento endógeno baseado no distrito industrial ver BENKO, Georges, LIPIETZ, Alain. Op. cit
- (10) "As nações transformaram-se em espaços, territórios ou elos da sociedade global. Esta é a nova totalidade em movimento, problemática e contraditória. Na medida em que se desenvolve, a globalização confere novos significados à sociedade nacional, como um todo e em suas partes. Assim como cria inibições e produz anacronismos, também deflagra novas contradições para uns e outros, indivíduos, grupos, classes, movimentos, nações, nacionalidades, culturas, civilizações. Cria outras possibilidades de ser, agir, pensar, imaginar." (IANNI, Octavio. Nação e globalização. In: SANTOS, Milton et al. fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 66-74). Ver também ORTIZ, Kenatü. Cultura, modernidade e identidades. In: SANTOS, Milton e outros. Globalização e espaço latino-americano. São Paulo: Hucitec, 1993, p.20-27.
- (11) LEFEBVRH, Henri. Une pensée devenue monde. Faut-il abandonner Marxi', Paris: Fayard, 1980. p.159-160.
- (12) BORDIGA; Amadeo. Op. cit., p.123.
- (13) REY, Pierre-Philippe. Les alliances de classes. Paris: Maspero, 1978. p.160.
- (14) TROTSKY, Leon. Histoire de la révolution russe. Paris: Seuil, 1967, p.41. tomo 1.
- (15) WEBER, Max. Le savant et le politique. Paris: Plon / UGE, 1986, p.24.
- (16) SINGER, Paul. A economia política do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1979, p.III.
- (17) FARIAS, Flávio Bezerra de. L'État et le processus de socialisation capitaliste au Brésil, p.90-91. Ver também MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. L'État surdeveloppé.
- (18) MARX, Karl. Le Capital, L.II. Paris: Sociales, 1976, p.102.
- (19) PRAOO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- (20) Ver SILVA, Sérgio. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: SINGER, Paul et al. Capital e trabalho no campo. São Paulo: Hucitec, 1977, p.10.
- (21) CLASTRES, Pierre: Recherches d'anthropologie politique. Paris: Seuil, 1980, p.169; La société contre TÉtat. Paris: Minuit, 1974, p.161 e seg.
- (22) PALLOIX, Christian. La crise du mode de production capitaliste. In: GREFFE, Xavier et al. . La crise: ruptures d'un système économique. Paris: Dunod, 1978, p,139.
- (23) REY, Pierre-Philippe. Op. cit., p.15-16.
- (24) AMIN, Samir. L'accumulation à Téchelle mondiale. Paris: Anthropos, 1970, EMMANUEL, Arghiri. L'Échange inégal. Paris: Maspero, 1979, EMMANUEL, Arghiri et al.. Un débat sur Téchange inégal. Paris; Maspero, 1975.
- (25) MEILLASSOUX, Claude. Femmes, Greniers e capitaux. Paris: Maspero, 1980, p.I 140. "Na realidade, a violência política é ela também o instrumento e o veículo do processo econômico [...]" LUXEMBURGO, Rosa. L. Accumulation du capital. Paris: Maspero, 1976, p.121. tomo 2.
- (26) MARX, Karl. Le Capital, L.I, Paris: Sociales, 1976, p.130.
- (27) VEIGA, José Eli. A agricultura segundo FHC. Jornal Folha de São Paulo, 13 set. 1994. p. 2. Caderno 2.

- (28) FARIAS, Flávio Bezerra de. Op. cit., p.84.
- (29) MHILLASSOUX, Claude. Op, cit, p.144
- (30) OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Novos Estudos CEBRAP, Rio de Janeiro, n.2, 1972.
- (31) MARX, Karl. Op. dt., L.I, parte VIII, p.517 e seg.
- (32) PALLOIX, Christian. De la socialisation. Caris: Maspero, 1981, p.116-117,
- (33) LUXEMBURBO, Rosa. Introduction à l'Économie politique. Paris: Anthropos, 1971. p.251.
- (34) FARIAS, Flávio Bezerra de, Op, cit., p.542-543.
- (35) MEILLASSÜUX, Claude. Op, cit., p.209.
- (36) LEFHÍWRE, Henri. La révolution urbaine. Paris: Calliniard, 1970. p.41.
- (37) LIPIETZ, Alain. Le Capital et son espace. Paris: Maspero, 1977, p.142-143.
- (38) KELSEN, Hans. Op. cit., DEBRAY, Régis. La critique des armes, 2 vol.. Paris: Seuil, 1974, CORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo: Ática, 1987, HELLER, Herman. Teoria do Estado, São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- (39) LEFEBVRE, Henri. La révolution urbaine, p.63.
- (40) HELLER, Herman. Op. cit., p.182.
- (41) LACOSTE, Yves. La géographie. In: LIPIETZ, Alain. Op. cit., p. 136.
- (42) MLA.ILLE, Michel. L'État du droit Paris: Maspero, Grenoble: PUG, 1980, p.183 / Ver também ALLIÉS, Paul, L'Invention du territoire, Grenoble: PUG, 1980.
- (43) LIPIETZ, Alain- Op. cit., p.136.
- (44) Id. Ibid., p. .138.
- (45) OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)giao. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 29-30.
- (46) PENHA, Eli Alves. Geopolítica da integração; projetos e realizações. In SANTOS, Milton. Natureza e sociedade de hoje; uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec,, 1993, p.86-95.
- (47) OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônia. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 38, p.4,1994.
- (48) BERNIS, Gérard de. Que faire? Il est urgent de le définir. In: BERNIS, Gérard de et al. Crise et régulation, Grenoble: GRREC, 1991, p.373 e seguintes.
- (49) Id, Ibid, p,405-406,
- (50) AMIN, Samir. Mundialisation et accumulation capitaliste, In. AMIN, Samir et al. Mundialisation et accumulation. Paris: L'Harmattan, 1993. p.34
- (51) LEFEBVRE. Henri. Une pensée devenue monde, p. 145 a 147.
- (52) Id, Ibid, p.152 a 156.
- (53) MOORE JR-, Barrington. Les origines sociales de la dictature et de la démocratie. Paris: Maspero, 1979, p, 353.
- (54) CORIAT, Benjamin, SABÓIA, João. Regime d'accumulation et rapport salarial au Brésil. Paris: GERTTD, jan.1987, p.46.
- (55) Entendemos a categoria "tecido urbano" como o conjunto das manifestações da predominância da cidade sobre o campo (no sentido de LEFEBVRE, Henri. La révolution urbaine, p.10.)
- (56) HIRSCH, Joachim. Fordismo y posfordismo: la crisis social actual y sus consecuencias. in: HIRSCH, Joachim et al. Los estudios sobre el Estado y la reestructuración capitalista, Buenos Aires: Tierra dei Fuego, 1992. p.15.
- (57) BENETTL Carlo- L'accumulation dans les pays capitalistes sous-développés. Paris: Anthropos, 1974, MATHIAS, Gilberto. Transfert de techniques et transfert de théories. Revista Critiques de Économie Politique, Paris, n. 14,, jan./mar. 1981.
- (58) FARIAS, Flávio Bezerra de, Op. cit., p.541 e seg.
- (59) MARX, Karl. Op. cit., p.453.

- (60) SOUSA, Paulo Renato. A determinação da taxa de salários em economias atrasadas. Revista Estudos Econômicos IPE, São Paulo, v,10, n. 2, p.115-116, mai/out. 1980,
- (61) Cf. MARX, Karl. Op. cit., L.I, capítulo XXV, sobre a lei geral da acumulação capitalista, p.437 e seg.
- (62) WALLERSTEIN, Immanuel. Le capitalisme historique, Paris: La Découverte, 1985, p.23.
- (63) CACCIAMALI, Maria Cristina. Notas sobre o comportamento e o grau de invisibilidade do mercado de trabalho no Brasil na primeira metade da década de 1980, Encontro Nacional sobre Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda no Brasil, IPEA, Rio de Janeiro, 16-18 de setembro de 1987, p.16.
- (64) LALJTIER, Bruno. L'ajusteur justifié?. Seminário GREITD/ CREPPRA, Paris, 24-25/02/1988, p.18-19.
- (65) FARIAS, Flávio Bezerra de, Op. cit., p.555 e seg.
- (66) SINGER, Paul. A economia política, p.117.
- (67) FARLAS, Flávio Bezerra de. Op, cit,
- (68) MARX, Karl Op. cit, L.IH, p.215.
- (69) SINGER, Paul. Economia política, p. 111
- (70) Id.Ibid, p.111-112.
- (71) WALLERSTEIN, Immanuel. Op, cit., p.27,
- (72) HUMPHREY, John. Utilisation et controle de la main-d'oeuvre dans rindustrie automobile brésilienne. Revista Perspectives Latino-Américaines, Paris, Anthropos, p.86, 1981.
- (73) LEFEBVRE, Henri. Une pensée devenue monde, p.147-148.
- (74) AMIN, Samir, Mondialisation et accumulation capitaliste, p.17.